

EDUCAÇÃO

SOMAR ESFORÇOS, DIMINUIR OS MALES, MULTIPLICAR ESPERANÇAS E DIVIDIR SÓ AS CONQUISTAS.

Audiência Pública da SECRETARIA de Educação VAI OUVIR OS TRABALHADORES E CONCLUIR O PME

Dia 16 de maio
Sábado – as 8h00
Na UNORP

Vamos participar e defender as propostas aprovadas na Plenária das Entidades Sindicais Representantes dos Trabalhadores em Educação, realizada no dia 25 de março com a presença da Apeoesp, Sindicato dos Servidores, Afuse, Sinpro e Adunesp.

PROPOSTAS AO PME

1. Número de alunos por sala/professor

Limitação gradativa do número de alunos por sala/professor, bem como adequação do módulo de profissionais em serviço na escola de acordo com esses parâmetros em todas as etapas, atingindo o máximo de 25 (vinte e cinco) alunos ao final da Educação Básica;

2. Jornada do professor

Cumprimento integral do dispositivo instituído pela Lei Federal 11.738 de limitação do período de interação com alunos à 2/3 (dois terços) da jornada total do professor, excetuando os períodos destinados ao recreio e aos intervalos entre as aulas/atividades com alunos.

3. Tempo integral sem prejuízo da jornada

Garantia de oferta de Educação de Tempo Integral na Educação Infantil à população sem prejuízo do atendimento da demanda por Jornadas Parciais onde houver demanda manifesta para essa modalidade;

4. Mecanismos de afastamento e evolução

Políticas de formação continuada dos professores, gestores e servidores da escola que assegurem mecanismos de evolução na carreira e mecanismos institucionais de afastamento provisório, parcial e/ou integral, para participação das equipes escolares em programas de formação e atualização do saber docente;

5. Monitoramento dos salários

Criação do Fórum Permanente de Educação para acompanhamento e monitoramento dos salários e da carreira profissional dos servidores da educação com o objetivo de valorizar o trabalho dos profissionais da educação;

6. Professor adjunto

Instituição do cargo de professor adjunto, de provimento público exclusivamente por meio de concursos públicos de provas e títulos, e realização de concurso público de professores adjuntos para substituição de professores afastados em cargos de comissão e/ou em períodos de licenças prolongadas previstas na forma da lei;

7. Educação de Jovens e Adultos

Regulamentação das responsabilidades dos entes federados no regime de colaboração no que diz respeito à Educação de Jovens e Adultos na oferta do Ensino Fundamental e Médio Públicos, e do Sistema de acompanhamento e diagnóstico e de chamada pública dos jovens e adultos não alfabetizados na idade certa;

8. Contra a precarização e terceirização

Rejeição às propostas de precarização do trabalho e de terceirização das atividades-fim na educação e de sucateamento das escolas privadas promovidas por instituições patronais com restrição de direitos de professores e servidores que atuam no setor.

Riopretoprev Prefeitura “planta” mentira para não cobrir o rombo de R\$ 1 Bilhão

O nosso Sindicato está realizando uma intensa mobilização para que a prefeitura inicie a cobertura do déficit atuarial (ou rombo previdenciário, como diz a mídia local) de R\$ 1 Bilhão.

Porém, ao invés de procurar resolver o problema, as pessoas ligadas ao prefeito Valdomiro Lopes e, infelizmente, alguns servidores que querem dividir o nosso sindicato, estão “plantando” a falsa informação de que está tudo bem, pois se a Riopretoprev não pagar “a união, o Estado ou a prefeitura” assumirá a obrigação de pagar nossa aposentadoria e pensão.

O nosso Sindicato não vai fazer o jogo do prefeito! Nós fazemos o debate previdenciário mesmo antes da criação da Riopretoprev. E, é com a responsabilidade que sempre tratamos esta questão é que alertamos:

Servidor não entre no jogo do prefeito, vamos lutar hoje para garantir o pagamento de nossa aposentadoria amanhã!



Unidos, somos fortes; divididos enfraquecemos nossa luta!

O nosso Sindicato tem participado de forma leal e responsável na Comissão de adequação do Plano Municipal de Educação criada pela Secretaria Municipal e a Divisão Regional de Ensino. E, foi a partir deste comportamento que conseguimos aglutinar outras entidades sindicais como a APEOESP, ADUNESP, AFUSE e SINPRO para defender os interesses dos trabalhadores em Educação.

Estamos convencidos de que somente através da união de esforços poderemos avançar na defesa dos direitos dos trabalhadores da educação, bem como pela melhoria da escola pública. Os atos isolados e divisionistas que estimulam o ódio entre as representações dos trabalhadores é parte do jogo dos donos do poder que querem nos derrotar.

Nesta perspectiva foi realizada no dia 25 de abril a **Plenária das Entidades Sindicais Representantes dos Trabalhadores em Educação** consolidando a unidade de ação na defesa dos interesses dos trabalhadores em educação.

As conclusões da Plenária foram protocoladas na SME



Sidnei Xavier, da AFUSE, Sanny Lima, Servidores Municipais, e Elson, do Sinpro, protocolaram as resoluções da Plenária.

Durante a realização da Plenária das Entidades Sindicais Representantes dos Trabalhadores em Educação foram apresentadas várias contribuições para fazer avançar a valorização dos trabalhadores em educação e a qualidade no ensino.

E, como consequência desta Plenária, as contribuições ao PME foram protocoladas em ação conjunta pelo Sindicatos dos Servidores, Apeoesp, Afuse, Sinpro e Adunesp. O evento aconteceu no dia 30 de abril na Secretaria Municipal de Educação – SME quando o documento foi recebido pelo representante da secretária de educação.

Agora, vamos participar da Audiência Pública promovida pela SME e defender nossas propostas.

Assessor Especial da Secretaria de Educação é acusado de receber propina na Máfia das Funerárias

Está em andamento uma investigação de um esquema de propina paga pelas funerárias envolvendo funcionários de hospitais, policiais e servidores municipais. Os primeiros depoimentos indicam que as funerárias pagavam até R\$ 300,00 por informação privilegiada sobre a morte de pessoas.

E, nesta sujeira toda aparece um antigo servidor conhecido como João Fiscal que está lotado na Secretaria Municipal de Educação no cargo de “Assessor Especial”. O acusado é identificado pela mídia local como um “faz-tudo” que até recentemente estava no Gabinete do Prefeito.

Qual o assessoramento especial que João Fiscal pode oferecer a educação? A resposta é fácil: NENHUM. Porém, é triste ver que a administração pública transformou-se em um espaço para acomodação dos apadrinhados políticos e perder seu objetivo educador.

NÃO AO DECRETO 17.300/15

A pretexto de instituir o Portal de Serviços Informatizados para o servidor, a Prefeitura publicou o Decreto 17.300/15 que regulamenta o prazo para requerer a licença nojo, gala, paternidade e doação de sangue (até 30 dias antes), falta abonada (até 5 dias antes) e folga eleitoral (até 3 dias antes). Esta atitude é um completo desrespeito aos direitos do servidor municipal.



**Sindicato dos Servidores Públicos Municipais
de São José do Rio Preto e Região**

“Semeando responsabilidade na Administração Pública”